

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATINGUETÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE  
CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE  
Rua Cel. Pires Barbosa, 184 – Centro – Guaratinguetá – SP – CEP 12500-290.  
E-mail: [comus@guaratinguetá.sp.gov.br](mailto:comus@guaratinguetá.sp.gov.br) Tel.: (12) 3132-2357

ATA DA 371ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

1 Às nove horas e doze minutos, do dia vinte e sete de maio de dois mil e vinte, reuniram-se através de  
2 videoconferência, os membros deste conselho com a presença de doze membros, sendo oito titulares e  
3 cinco suplentes. Com a palavra a presidente Maria Cecília desejou bom dia á todos, e deu início a reunião  
4 ordinária justificando a ausência do conselheiro Cláudio Campbell, André Monteiro e Sidney Higino.  
5 Questionou se todos conselheiros haviam recebido os documentos para a apreciação. Por não haver  
6 quórum suficiente no início da reunião para a aprovação da Ata da reunião ordinária trecentésima  
7 septuagésima, deixou a aprovação para o final. Expôs os temas da pauta da reunião e solicitou a inversão,  
8 informando que foi solicitada através de ofício pela secretária de saúde a participação do secretário de  
9 administração Saluar Magni, para explanar sobre a terceirização do SAMU. Com a palavra a secretária  
10 Maristela Macedo alegou que como não havia quórum de que adiantaria a fala do Saluar Magni, pois não  
11 seria possível a deliberação. Com a palavra a presidente Maria Cecília informou, que com relação à  
12 terceirização do SAMU, não haverá deliberação por parte do Conselho, ficou claro na última reunião que  
13 seria somente explicativo, aproveitando passou a palavra para o secretário de administração. Com a  
14 palavra Saluar Magni desejou bom dia a todos e deixou sua satisfação e agradeceu a oportunidade de  
15 poder explicar a situação do convênio do SAMU. Para contextualizar, há algum tempo, já existia uma  
16 cobrança do Ministério Público, do Tribunal de Contas pela questão da contratação por RPA o  
17 instrumento que era utilizado para a contratação dos médicos do SAMU e em uma das reuniões que fui  
18 com a Maristela, para explicar para o Gilberto Cabet, o porquê que existiam essas contratações  
19 emergenciais, essa contratação por RPA e o porquê não se fazia concurso para a questão dos médicos do  
20 SAMU, o porquê da terceirização do SAMU era mais interessante, fizemos essa explanação toda para ele  
21 e por fim entendemos que havia resolvido essa questão. Até quem dezembro de dois mil e vinte, nós  
22 prefeitura fomos surpreendidos por uma ação civil pública de número1004277662020 e o ministério  
23 público propõe essa ação proibindo o município de fazer qualquer tipo de contratação RPA, tanto para  
24 médicos quanto para professores, o juiz na época, logo despacha o processo dizendo que em relação aos  
25 professores seria acolhido, com relação aos médicos devido à pandemia, pois ele achou que a interrupção  
26 dessas contratações poderia interromper o serviço médico, mas que ela se desse exclusivamente em  
27 questão ao COVID, em janeiro foi enviado um ofício para a secretaria de saúde, passando cópia da  
28 decisão e dando o parecer para que fossem interrompidos imediatamente os contratos por RPA e fixe os  
29 contratos de RPA somente nos casos relacionados à COVID e os demais procurar fazer o processo  
30 licitatório. É importante deixar claro que essa questão do processo licitatório, a análise do tribunal de  
31 contas do ano passado veio e determinou que fosse evitado de fazer contratações do serviço público sem  
32 ser através de um processo licitatório, ou seja, através dos convênios, que é um dos instrumentos legais  
33 que utilizamos para conveniar com instituições. Esses convênios tem autorização legal, e da preferência  
34 inclusive para entidades filantrópicas, que é o caso aqui em Guaratinguetá da Santa Casa, a entidade  
35 filantrópica do município em serviço de saúde. Então o tribunal de contas fez uma exigência tão grande  
36 nesse aspecto, mesmo em serviços exclusivos foi necessário fazer processos licitatórios, por exigência do  
37 tribunal de contas. Nesse sentido, ao enviarmos o ofício para a secretaria de saúde existe essa aceleração  
38 para fazer o edital de chamamento público, devido ao tempo que leva o processo licitatório, e na questão  
39 da saúde este processo poderia fazer com que o serviço médico fosse interrompido, existindo uma  
40 desassistência no serviço, especialmente no serviço do SAMU, por isso se faz esse convênio emergencial  
41 para que se interrompa essa lacuna, então em decorrência dessa orientação da administração que se fez  
42 esse tipo de procedimento. Com a palavra o conselheiro Marcus Vinícius desejou bom dia a todos e

ATA DA 371ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

43 questionou se com relação às datas do chamamento público, que não ficou compreendida na última  
44 reunião foi esclarecida ou definida. Com a palavra a secretária Maristela Macedo referiu se ao Saluar  
45 Magni, alegando que essa foi à dúvida colocada a ele, levantada pela conselheira Beatriz Bonini na  
46 reunião anterior, que foi feito um primeiro convênio emergencial com a Santa Casa e depois abrimos o  
47 chamamento público, porque nós abrimos para filantrópicos e a questão que foi levantada é que  
48 antecipamos o início do SAMU, antes de terminar o certame. Com a palavra o Saluar Magni explanou  
49 que pelo artigo 199 parágrafo primeiro da constituição federal, a única entidade que poderia prestar esse  
50 serviço e que participou efetivamente do edital, seria a própria Santa Casa, então esse adiantamento do  
51 serviço, se trata que já existia esse vínculo formal entre as instituições, prefeitura, secretaria de saúde e  
52 Santa Casa. Pela existência desse vínculo e pela a Santa Casa ser a única entidade filantrópica disponível  
53 para prestar esse serviço é que foi feito essa antecipação do serviço, isso é uma questão totalmente legal.  
54 Com a palavra a secretária Maristela Macedo deixou que o que foi explicado é que as outras entidades  
55 que apresentam a cotação e que na verdade ninguém apareceu no certame, somente apareceu a Santa  
56 Casa, ela de qualquer maneira teria prioridade sobre as outras entidades, por isso foi autorizado o início  
57 das atividades, porque tinha o outro contrato que foi explicado e de qualquer maneira a Santa casa teria a  
58 prioridade, uma vez que o Hospital Frei Galvão nem manifestou orçamento e mesmo assim o Frei Galvão  
59 está com a filantropia suspensa. Essa foi à explicação que me foi dada, pois esse processo foi conduzido  
60 pela funcionária Ana Flávia, e por ela estar de licença maternidade, não soube explicar, por isso fui atrás  
61 do Saluar, solicitado à explicação e pedi para ele participar hoje da reunião. Com a palavra Saluar Magni  
62 deixou que para ficar claro que é a mesma situação que vive com relação ao contrato dos menores  
63 aprendizes, que não pode interromper a contratação, pois poderia trazer um prejuízo gigante ao  
64 funcionalismo de toda a prefeitura, então estou abrindo um edital de chamamento público a partir de  
65 segunda feira agora, mas contratações nesse aspecto de início de serviço eles já estão prestando serviço,  
66 pois se eu interrompo o serviço dos menores aprendizes hoje eu paro todos os serviços essenciais da  
67 prefeitura, causaria um prejuízo muito grande. Então esse dispositivo legal permite esse início prévio das  
68 atividades. Com a palavra o conselheiro Dr. Marcus Vinícius explanou que a dúvida da última reunião é  
69 que se tinha feito datas erradas, como se já tivesse feito as abertura dos envelopes como se já estivesse  
70 direcionada a Santa Casa, então para deixar bem claro, que essas datas são relacionadas a dois contratos,  
71 um de emergência, e a Santa Casa tinha a possibilidade na emergência de ser contratada e a outra é a  
72 contratação definitiva, que entra a data de março pra frente que seria as corretas da nova licitação. Com a  
73 palavra a conselheira Lucila Del Mônico deixou que sua dúvida em questão das datas é que parece que  
74 tinha uma publicação da data do chamamento, só que o serviço começou a ser prestado antes da data da  
75 publicação, porém sobre que foi falado são dois contratos, onde acabei ficando na dúvida do mesmo  
76 jeito. Com a palavra Saluar Magni explanou que existia esse contrato anterior que era para garantir a  
77 assistência da saúde, porque a gente sabe que o ditame licitatório leva certo prazo, e não seria possível  
78 ficar sem o atendimento do SAMU nesse período. Com a palavra a conselheira Lucila Del Mônico  
79 deixou que sua dúvida é que esse serviço estava sendo prestado de alguma forma, foi decidido que seria  
80 terceirizado, a dúvida é a terceirização começou antes. O que entendi no final das contas que essa  
81 divergência da data, se teve o chamamento público dia seis de abril, antes disso já estava acontecendo à  
82 prestação de serviço da nova forma. Mas a questão é essa já que esse chamamento público era com a  
83 questão da terceirização, o que ficou divergente é que antes de ser formalizado já estava, ou não,  
84 ocorrendo na prática à terceirização. Com a palavra a secretária Maristela Macedo alegou que o Saluar

ATA DA 371ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

85 explicou que para cumprir a determinação da justiça e do tribunal de contas foi feito um convênio com a  
86 Santa Casa que é o primeiro e em paralelo se iniciou o processo de chamamento público, pois sabíamos a  
87 hora de começar, mas não de terminar, então tínhamos um primeiro convênio com a Santa Casa e em  
88 seguida abrimos o chamamento público, o primeiro convênio estava vigente, só que o chamamento  
89 público do SAMU, não teve impugnação, portanto foi rápido, correu liso. Por isso o primeiro convênio  
90 perdeu dezesseis dias até que se assinasse o contrato do chamamento público. Portanto a Santa Casa  
91 começou a trabalhar com o primeiro convênio, independente do chamamento público, que poderia ter  
92 dado errado, mas deu certo. Assim, ficamos com o pagamento de dezesseis dias do convênio e a partir da  
93 assinatura do segundo que é o do chamamento público, já é o termo de cooperação. Com a palavra o  
94 conselheiro Marcus Vinícius questionou se no contrato está estipulado sobre a primeira contratação  
95 emergencial, deixou que não tinha o contrato no momento, mas que ao fazer a leitura do mesmo não  
96 lembra se estava determinado como emergencial, ou se teria tempo definido, e caso não esteja, não  
97 haveria problemas futuros. Com a palavra a secretária Maristela Macedo, deixou que no contrato, seria  
98 preciso ler novamente, mas deixou que no ofício que foi aberto o processo está estipulado, até a  
99 finalização do chamamento público. Com a palavra o conselheiro Adeildo dos Santos deixou sua dúvida  
100 se teria alteração, ou faria um adendo a respeito dessa falha com relação às datas, pois isso poderia gerar  
101 algum problema posterior. Com a palavra Saluar Magni explicou que essa questão foi respondida que  
102 havia um convênio anterior a isso e por determinação da justiça, orientamos que todas as secretarias que  
103 mantivessem convênios com qualquer tipo de entidade, para que passasse a formalizar esses convênios  
104 via edital de chamamento público, porque existe uma orientação do tribunal de contas, ministério público  
105 nesse sentido, então o convênio era anterior abertura nesse processo licitatório era feito no sentido de fixa  
106 o convênio para assegurar o serviço no período do processo licitatório, que sabemos que demora e a  
107 desassistência não poderia acontecer, por isso que existem duas modalidades diversas, existe o convênio  
108 anterior e o posterior ao edital de chamamento público existe o termo de colaboração, são dois  
109 instrumentos diversos e isso não existe nenhum tipo de problema legal. Com a palavra a conselheira  
110 Lucila Del Mônico solicitou esclarecimento sobre a data do chamamento público, vocês alegam que  
111 sabiam que não havia outra prestadora desse serviço para a terceirização, se aparecesse alguma empresa  
112 inscrita, de certa forma teve que ter a formalidade dessa data do chamamento, a questão é continuaria  
113 dessa forma. Deixou que esse assunto já vem de algumas reuniões anteriores, deixou que até essa data não  
114 haviam explanado dessa forma com relação aos convênios. Caso tivesse outra empresa inscrita, como  
115 ficaria com relação à data da abertura do envelope, pois a empresa já estava prestando serviço antes. Se  
116 existe o edital e tem a formalidade, como que antes do chamamento a prestação de serviço já está sendo  
117 executada. Com a palavra Saluar Magni explicou que o processo licitatório funciona da seguinte forma:  
118 as empresas vêm e retira o edital, a retirada do edital é registrada no ditame licitatória, então já sabíamos  
119 quem iria entregar propostas ou não, vale lembrar que na nova lei licitações, a licitação já se inicia na  
120 retirada. Com a palavra a conselheira Lucila Del Mônico colocou que se chegasse no dia e tivesse uma  
121 impugnação nessa data, o serviço já estava sendo prestado antes. Com a palavra Saluar Magni deixou que  
122 o serviço estava sendo prestado via convênio e passa a ser prestado efetivamente pela Santa Casa através  
123 do edital quando se assina o termo de colaboração, que aconteceu dezesseis dias depois, aí sim iniciou o  
124 termo de colaboração. Com a palavra a secretária Maristela Macedo deixou o que tempo de impugnação  
125 já tinha passado. Com a palavra a conselheira Lucila Del Mônico aproveitou para contextualizar a  
126 situação, deixando claro que não está duvidando, porém alegou que cada reunião realizada sobre a

ATA DA 371ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

127 terceirização do SAMU, surge algo novo, primeiro foi um vai e vem de ofício solicitando uma  
128 apresentação do convênio, é um assunto que estamos tentando entender e vem se prolongando e cada hora  
129 vem uma coisa diferente, isso que o Saluar explanou agora, nunca foi explanado antes onde gera toda essa  
130 situação de desconforto. Com a palavra o Saluar Magni deixou que o pedido da secretária para que o  
131 mesmo participasse da reunião seria para isso mesmo, para esclarecer formalmente o ocorrido, minha  
132 presença nessa reunião se dá como secretário de administração, responsável pela pasta do setor de  
133 licitação. Com a palavra a secretária Maristela Macedo informou que o modelo do termo de compromisso  
134 está na página trinta e cinco do chamamento público. Com a palavra a presidente Maria Cecília abriu para  
135 mais questionamentos, não havendo aproveitou para agradecer a participação do secretário de  
136 administração Saluar Magni. Com a palavra Saluar Magni deixou sua satisfação em participar da reunião  
137 e aproveitou para agradecer ao COMUS e ao Hospital Campanha e Santa Casa pelo o serviço prestado  
138 que é de excelência. Com a palavra a presidente Maria Cecília deu continuidade à reunião com a ordem  
139 do dia. **Ordem do Dia: A-) Plano Municipal de Saúde 2022/2025 B-) Relatório Quadrimestral de**  
140 **Gestão 1º/21.** Com a palavra a secretária Maristela Macedo deixou que encaminhou o Plano Municipal  
141 2022/2025, lembrando que após a conferência o plano pode ser alterado e o Relatório Quadrimestral de  
142 Gestão para análise e apreciação dos conselheiros e se colocou a disposição para explicar caso tenha  
143 alguma questão. Com a palavra a presidente Maria Cecília abriu para colocação dos conselheiros, não  
144 havendo, aproveitou para colocar em votação onde foi aprovado por unanimidade o Plano Municipal de  
145 Saúde 2022/2025. Colocou em votação o Relatório Quadrimestral 1º/21 que foi aprovado por  
146 unanimidade. **C- Prestação de Contas do 1º Quadrimestre de 2021.** Com a palavra a presidente Maria  
147 Cecília passou a palavra para Renata Guimarães funcionária da secretaria de saúde que apresentou a  
148 prestação de contas. Com a palavra a Renata Guimarães desejou bom dia a todos e deu início a  
149 apresentação. Com a palavra a presidente Maria Cecília abriu para questionamentos e colocação dos  
150 conselheiros. Com a palavra o conselheiro Adeildo dos Santos deixou a colocação do conselheiro Clóvis  
151 Bevilacqua sobre a atualização dos dados do presidente do COMUS. Com a palavra a presidente Maria  
152 Cecília informou que já foi solicitada a alteração dos dados, porém que ainda não ocorreu e que estaria  
153 novamente solicitando ao ministério da saúde a atualização. Não havendo mais questionamentos  
154 aproveitou para justificar a ausência no momento da conselheira Beatriz Bonini quem fez a análise da  
155 prestação de contas, informou que ela estava presente deixou o parecer, porém por motivos de trabalho  
156 precisou se ausentar e seguindo fez a leitura do parecer deixado pela comissão de finanças sendo  
157 favorável a prestação de contas. Aproveitou e colocou em votação e foi aprovado por unanimidade. Com  
158 a palavra presidente Maria Cecília deixou que recebeu uma ligação do conselheiro Clóvis Bevilacqua  
159 sobre a organização da vacinação na quadra de esporte, devido a quantidade de gente, questionou sobre a  
160 estratégia utilizada para evitar a aglomeração durante a vacinação. Com a palavra a secretária Maristela  
161 Macedo alegou que esses picos são esporádicos e deixou que tem dividido por data de nascimento e tem  
162 resolvido, ontem foi um dia atípico, mandamos mais funcionários para ajudar, e estou tentando um último  
163 manejo pedindo a aprovação do departamento pessoal, pois lendo o edital eu entendo que posso usar os  
164 funcionários do hospital de campanha na vacina, pois eu chamaria mais técnico de enfermagem para  
165 ajudar. Eu solicitei um parecer do departamento pessoal, se eles falarem que meu entendimento está  
166 correto eu vou chamar mais técnico de enfermagem para poder suprir essa questão da vacina, mas o nosso  
167 dinheiro está acabando, portanto temos que dar o passo do tamanho da perna. Com a palavra a presidente  
168 Maria Cecília questionou como está essa parte da verba COVID. Com a palavra a secretária Maristela

ATA DA 371ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

169 Macedo informou que vão dar um recurso para os filantrópicos, ainda não compreendeu direito essa  
170 questão, mas o COSEMS está fazendo uma análise dessa portaria para ver como o gestor vai se comportar  
171 diante dela. O COSEMS conseguiu que o governo do estado pagasse dois reais per capta pra vacinação  
172 por município, ele já pagou um real, cento e vinte mil, agora parece que vai pagar os outros um real, então  
173 eu vou ficar com duzentos e quarenta mil e vou tentar contratar esse pessoal nesse valor por esse período  
174 para dar uma aliviada nessa questão da vacina e das unidades, mas esses picos são esporádicos, eu estou  
175 me precavendo desse jeito, pois recebemos uma programação do governo do estado para abrir a  
176 vacinação para não comorbidades. Com a palavra a conselheira Bianca Muller deixou que estava cheio de  
177 pessoas a vacinação, mas não estava desorganizado. Com a palavra a presidente Maria Cecília concordou  
178 com a fala da conselheira Bianca, que a quadra de esportes estava lotada de pessoas, mas estava  
179 organizado. Deixou também que tem visto muitas pessoas que já foram vacinadas e contraem o COVID,  
180 então as pessoas precisam entender que mesmo vacinadas precisamos seguir os protocolos. Com a palavra  
181 a secretária Maristela Macedo deixou sua preocupação com relação aos vacinados que contraem o vírus,  
182 informou que temos dois médicos internados em estado grave, onde a fez ligar em São Paulo e recebeu  
183 que isso já era previsto, pois vacina não faz mágica. Deixou a experiência com relação ao vírus H1N1,  
184 que demorou três anos para resolver, foram três anos de vacinação com ponto estratégico, fazendo uso de  
185 tamiflu, coisa que não temos hoje, um antirretroviral para COVID, agora as pessoas precisam entender,  
186 teremos uma live para divulgar, que tomar vacina não é alvará para tirar a máscara, deixar de usar álcool  
187 em gel e fazer distanciamento social. Eu aprendi devido a minha preocupação, que isso a gente notifica  
188 como evento adverso, que é para o Butantã e a FIOCRUZ irem avaliando suas respectivas vacinas. São  
189 casos graves que precisam ser notificados, agora vamos divulgar para os hospitais de que pacientes que  
190 tomaram as duas doses de que vacina for, e apresentarem uma internação com quadro grave, precisa ser  
191 notificado, entra como evento adverso da vacina. Com a palavra a presidente Maria Cecília aproveitou  
192 para agradecer o conselheiro Adeildo dos Santos pela parceria do sindicato alimentício que conseguiu a  
193 doação de Yakult para os profissionais de saúde, deixou que ficaram muito contentes com o gesto. Abriu  
194 para votação da Ata da reunião ordinária trecentésima septuagésima, e percebeu que no momento não  
195 havia quórum, portanto deixou a aprovação para a próxima reunião ordinária. Abriu para questionamentos  
196 dos conselheiros e não havendo nada mais a tratar a presidente Maria Cecília encerrou a reunião às dez  
197 horas e cinquenta minutos, lavrando-se á presente ata que vai assinada por mim Maira Regiane de  
198 Almeida que secretariei e pelos demais membros. Lembro também que a videoconferência encontra-se  
199 disponível em recurso multimídia de gravação, disponível em arquivo do conselho e à disposição dos Srs.  
200 Conselheiros e a quem possa interessar, de direito, para consulta a qualquer momento.

201  
202  
203  
204  
205  
206  
207  
208  
209  
210

**Deliberações:**

**A-) Plano Municipal de Saúde 2022/2025**

**B-) Relatório Quadrimestral de Gestão 1º/21.**

**C- Prestação de Contas do 1º Quadrimestre de 2021.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATINGUETÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE  
CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE  
Rua Cel. Pires Barbosa, 184 – Centro – Guaratinguetá – SP – CEP 12500-290.  
E-mail: [comus@guaratinguetá.sp.gov.br](mailto:comus@guaratinguetá.sp.gov.br) Tel.: (12) 3132-2357

ATA DA 371ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

211  
212  
213  
214  
215  
216